

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2552654320191114174509

Processo 0815663-46.2019.8.23.0010 ☆ - (176 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público
Prioridade: Portador de necessidades especiais (conforme Decreto 5.296/2004 e Lei 12.008/2009)

Informações Gerais		Informações Adicionais		Partes	Movimentações	Apensamentos (0)	Vínculos (0)		
<div>Realces</div> <div>Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência</div> <div>Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória</div>									
<div>Filtros</div> <div>Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Defensor de Justiça <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor</div> <div>Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/></div> <div>Descrição: <input type="text"/></div>									
58 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 58							500 por pág.		1
Seq.	Data	Evento				Movimentado Por			
<div><div></div></div> 58	14/11/2019 17:45:09	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (22/10 /2019)				JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador			
58.1 Arquivo: Petição		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,		2607721RECURSODEAPELACAO01.pdf		Público			
58.2 Arquivo: GUIA DE ARRECADACAO JUDICIARIA		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,		2607721RECURSODEAPELACAOAnexo02.pdf		Público			
57	29/10/2019 10:05:50	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 29/10/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 53) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (22/10/2019) e ao evento de expedição seq. 55.				JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador			
56	23/10/2019 09:44:12	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de JOSÉ SOUSA NEPOMUCENA representado(a) por HELENA SOUSA NEPOMUCENA) em 23/10/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 53) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (22/10/2019) e ao evento de expedição seq. 54.				Wallyson Barbosa Moura Advogado			
55	23/10/2019 09:17:46	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (22/10/2019)				GEORGIA NAIJADE ELUAN PERONICO Analista Judiciário			
54	23/10/2019 09:17:46	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de JOSÉ SOUSA NEPOMUCENA representado(a) por HELENA SOUSA NEPOMUCENA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (22/10/2019)				GEORGIA NAIJADE ELUAN PERONICO Analista Judiciário			
<div><div>+</div></div> 53	22/10/2019 13:58:47	JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO				EDUARDO MESSAGGI DIAS Magistrado			
52	11/10/2019 00:07:59	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 43) CONCEDIDO O PEDIDO (30/09/2019) e ao evento de expedição seq. 45.				SISTEMA CNJ			
51	08/10/2019 00:07:22	DECORRIDO PRAZO DE JOSÉ SOUSA NEPOMUCENA REPRESENTADO(A) POR HELENA SOUSA NEPOMUCENA (P/ advgs. de JOSÉ SOUSA NEPOMUCENA representado(a) por HELENA SOUSA NEPOMUCENA *Referente ao evento (seq. 43) CONCEDIDO O PEDIDO (30/09/2019) e ao evento de expedição seq. 44.				SISTEMA CNJ			
50	07/10/2019 15:37:52	CONCLUSOS PARA SENTENÇA Responsável: EDUARDO MESSAGGI DIAS				DIEGO MARCELO DA SILVA Analista Judiciário			
<div><div>+</div></div> 49	07/10/2019 15:37:17	EXPEDIÇÃO DE LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS Referente ao evento (seq. 43) CONCEDIDO O PEDIDO (30/09/2019 16:23:24). Identificador do Cumprimento: 0004.				DIEGO MARCELO DA SILVA Analista Judiciário			



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n. 08156634620198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscrive, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE SOUSA NEPOMUCENA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 4 de novembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

PROCESSO ORIGINÁRIO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA / RR

Processo n.º 08156634620198230010

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: JOSE SOUSA NEPOMUCENA

RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Conforme apresentado na peça de bloqueio, a parte autora, ora Apelada, encontrava-se inadimplente com o prêmio do seguro, quando da ocorrência do sinistro, motivo pelo qual não há cobertura para o mesmo.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Não se verifica no caso em tela a cobertura do Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que a parte Apelada proprietária do veículo encontra-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório.

Resta comprovado nos autos que o veículo causador do acidente é de propriedade da própria vítima reclamante da indenização.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DETRAN - RR
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
Nº 010054813902
VIA 01 Cód. RENAVAM 00406615098 R.N.T.R.C. 2013
NOME JOSE SOUSA NEPOMUCENA
BOA VISTA RR
CPF / CNPJ 526.937.322-04 PLACA NBA4109
PLACA ANT. / UF 9C2JC4110LR442194
ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLETA/NAO NENHUM COMBUSTIVEL GASOLINA
MARCA / MODELO HONDA/CG 125 FAN KS
CAP / POSICAO 2P/0124CC7 CATEGORIA PARTICU
COR PREDOMINANTE ROXA
VENO / QOTAS 1 *****
2 *****
3 *****
I P V A *PAGO* *PAGO*
PREMIO TARIFARIO (R\$) R\$1.11 CUSTO DO SEGURO (R\$) R\$143.38
AL.FID. BANCO HONDA S/A A PROIB SAIR DA
AMAZONIA L001664921BRR
BOA VISTA 23/09/2014

AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA A TRANSPORTADAS OU NAO: SEGURO DPVAT
RR Nº 010054813902 BILHETE DE SEGURO DPVAT
EXERCICIO 2013
CPF / CNPJ 526.937.322-04 PLACA NBA4109
DUT 0007
BILHETE DE SEGURO DPVAT
RR Nº 010054813902 EXERCICIO 2013 DATA EMISSAO 23/09/2014
VIA 01 Cód. RENAVAM 00406615098 R.N.T.R.C. 2013 PLACA NBA4109
RESAVAM 00406615098 MARCA/ MODELO HONDA/CG 125 FAN KS
ANO FAB. 2011 ANO MOD. 2012
CPF / CNPJ 526.937.322-04 PLACA NBA4109
CHASSI 9C2JC4110LR442194
PREMIO TARIFARIO
PREMIO (R\$) R\$1.11 CUSTO DO SEGURO (R\$) R\$143.38
CUSTO DO BILHETE (R\$) R\$4.15 TOTAL DO PAGO DO SEGURO (R\$) R\$292.01
DATA DE QUITACAO 23/09/2014
PAGAMENTO X COTA UNICA PARCELADO
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
CNPJ: 09.248.608/0001-04

Conforme telas abaixo, podemos verificar que na época do acidente o apelado, proprietário no veículo, encontrava-se inadimplente, vindo a realizar o pagamento do seguro 2 anos depois.

Consulta a Pagamentos Efetuados

ACESSIBILIDADE

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas
Documentos Invalidez Permanente
Documentos Morte
Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

Como Pagar

Sua busca por placa: NBA4109 UF: RR CATEGORIA: 09*

Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento				
2019	R\$84,58	Quitado					
2018	R\$185,50	Quitado					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Data Pagamento</th> <th>Valor Pago</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>22/04/2019</td> <td>R\$185,50</td> </tr> </tbody> </table>				Data Pagamento	Valor Pago	22/04/2019	R\$185,50
Data Pagamento	Valor Pago						
22/04/2019	R\$185,50						
2014	R\$292,01	Quitado					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Data Pagamento</th> <th>Valor Pago</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>28/09/2015</td> <td>R\$292,01</td> </tr> </tbody> </table>				Data Pagamento	Valor Pago	28/09/2015	R\$292,01
Data Pagamento	Valor Pago						
28/09/2015	R\$292,01						
2013	R\$292,01	Quitado					
2012	R\$279,27	Quitado					
2011	R\$27,09	Quitado					

(*) Motocicleta

Calendário de pagamento

ACESSIBILIDADE

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas
Documentos Invalidez Permanente
Documentos Morte
Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

Selecione as opções abaixo para acessar o calendário de pagamento do Seguro DPVAT:

Exercício UF Final da Placa Categoria(Saiba mais) Pagamento

2016 RR 9 9 À vista Consultar

O prêmio do Seguro DPVAT será pago integralmente no vencimento da COTA ÚNICA ou da primeira parcela do IPVA, ou juntamente com o emplacamento ou no licenciamento anual, no caso de veículos isentos do IPVA, conforme disposto na **Resolução CNSP 332/2015** e na Portaria Interministerial 293/2012.

Categoria: 9

Final da Placa	Vencimento			
	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
9	30/09/2016	SIM	30/11/2016	30/11/2016

RR: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2016

É cristalino que a parte Apelada não preenche os requisitos necessários para ser indenizada em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 273/2012¹.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

¹ Art. 12º. O Seguro DPVAT garante cobertura por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. § 7º fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74², garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios.

Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil³.

Pelo exposto, merece reforma a r. decisão atacada, vez que não deve ser imputada à Apelante qualquer indenização pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação de indenizar.

² Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. § 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

³ Art. 368. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.

DO LIMITE MÁXIMO INDENIZATÓRIO (R\$13.500,00)

Cabe salientar, que em processo de numero 803784-81.2015.8.23.0010, que tramitou perante a 4ª vara cível da Comarca de Boa Vista, referente à um sinistro ocorrido em 07/04/2014, houve pagamento da seguradora no valor de R\$1.104,25, **que somado ao valor da condenação dessa presente lide, ira ultrapassar o valor do limite Maximo indenizável pela seguradora.**

Desta forma, não deve prosperar a sentença *a quo*, vez que prolatada em desconformidade com os ditames legais, eis que condenada em **valor SUPERIOR AO LIMITE** determinado em Lei, isso porque, estabelecem os incisos I e II, do artigo 3º da Lei n.º 6.194/74:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;

II - ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
e

O método de INTERPRETAÇÃO GRAMATICAL das normas jurídicas resolve prontamente a questão. O emprego da **preposição até parece significar um limite máximo**, uma escala de grandezas dentro da qual, dependendo do fator relevante, a indenização **poderá variar de nenhum à até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos)** em caso de indenização por invalidez permanente.

Destarte, NÃO HOUVE UMA EQUIPARAÇÃO de duas situações distintas – invalidez permanente e morte, para um único efeito; indenização no valor invariável de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Logo, depreende-se, sem necessidade de grande esforço HERMENÊUTICO, que a indenização securitária DPVAT não pode ser fixada ALÉM do teto máximo para toda e qualquer lesão física, pois pela interpretação da norma contemplada na letra "b" do art. 3.º da Lei 6.194/74, determina que a cobertura a título de invalidez permanente seja paga de forma proporcional a lesão suportada pelo beneficiário.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “*a quo*”, dando provimento ao presente recurso.

Restando inconteste a ausência de cobertura para o sinistro noticiado, ante a ausência de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT, se impõe o provimento deste recurso, com a consequente improcedência da presente ação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 4 de novembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE SOUSA NEPOMUCENA**, em curso perante a **5ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08156634620198230010.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



86670000000-7 48070574106-8 02019112000-3 10190041270-7

GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA

Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA	CNPJ: 05.741.060/0001-89	Agência: 3797-4	Conta: 51669-4	Valor do Documento: R\$ 48,07	Vencimento: 20/11/2019
Comarca: BOA VISTA	Nº G.A.J.: 010.19.0041270	Valor da Causa: R\$ 13.500.00	Processo: 0815663-46.2019.8.23.0010		
Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Autenticação Mecânica



86670000000-7 48070574106-8 02019112000-3 10190041270-7

GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA

Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA	CNPJ: 05.741.060/0001-89	Agência: 3797-4	Conta: 51669-4	Valor do Documento: R\$ 48,07	Vencimento: 20/11/2019
Comarca: BOA VISTA	Nº G.A.J.: 010.19.0041270	Valor da Causa: R\$ 13.500.00	Processo: 0815663-46.2019.8.23.0010		
Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Descrição das receitas

01. APELAÇÃO
02. Taxa Judiciária II

Valor R\$

R\$ 18,07
R\$ 30,00

OBS.:

**PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL
CASO A PARTE SEJA AMPARADA POR SIGILO PROCESSUAL, O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROVAR, OBRIGATORIAMENTE,
NO PROCESSO DE ORIGEM DESTES PAGAMENTOS, AS INFORMAÇÕES DE QUITAÇÃO DESTA GUIA COM A JUNTADA DE
COMPROVANTE BANCÁRIO CONTENDO O CÓDIGO DE BARRAS DA GUIA.**

R\$ 48,07

Autenticação Mecânica



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	11/11/2019	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TIPO DE JUSTIÇA	
11/11/2019	08156634620198230010	ESTADUAL	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
RR	Vara Cível	RÉU	48,07
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
JOSE SOUSA NEPOMUCENA		FÍSICA	52693732204
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
5BB0A90E8A05842A			
CÓDIGO DE BARRAS			
86670000000 7 48070574106 8 02019112000 3 10190041270 7			